

## 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO DE GESTÃO E GOVERNANÇA REGIONAL

**Data:** 17/10/2022

**Horário:** 14:00 horas

**Por videoconferência**

### 1 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

Neste item não houve apresentações e discussões.

### 2 – DISCUSSÃO E PACTUAÇÃO

2.1 – Pactuar a revisão das pactuações intermunicipais de Mineiros, Piracanjuba, São Domingos e Valparaíso de Goiás partir da competência novembro/2022, parcela 12. (GPI/SGI)

**Dr. Ricardo Nunes – GPI/SES**, iniciou a reunião desejando boas vindas a todos, e logo apresentou a relação dos valores que foram remanejados, bem como as propostas encaminhadas para pactuação hospitalar, a seguir: o município de Mineiros retira de Rio Verde e de Goiânia e passa para Aparecida de Goiânia; Piracanjuba sai de Goiânia vai para Aparecida. Na pactuação ambulatorial: o município de São Domingos sai de Campos Belos, de Goiânia, de Goianira e Posse passando tudo para São Domingos. Na pactuação hospitalar, os serviços prestados por Goiânia serão passados para São Domingos; no caso dos serviços prestados por Valparaíso de Goiás, saem do mesmo e passam para Luziânia. São municípios com proposta de alteração na pactuação por referência. Foi avaliado e seguiu o fluxo definido pelo POP.

**Dra. Andressa Vieira – SMS Goiânia**, disse que São Domingos que está retirando a pactuação de Goiânia e de outros municípios e levando para o próprio município sem ter unidades executoras, profissionais, equipamentos, serviço de classificação e alguns casos nem leito cadastrado no CNES, para esses procedimentos.

**Dr. Ricardo Nunes – GPI/SES**, perguntou se o gestor de São Domingos está na reunião.

**Dra. Maria Aparecida Rodrigues – COSEMS**, disse que é preocupante, porque quando o município leva recurso para ele mesmo e não tem como executar o serviço, o usuário fica sem atendimento, precisa conversar com o Secretário. Tem serviço que pela classificação não tem como colocar no município.

**Dr. Ricardo Nunes – GPI/SES**, disse ser importante a presença do gestor do município, na reunião. Não pode se pactuar dessa forma, retirando volume alto de recursos para o próprio

## COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

município. Muitas vezes o gestor ou técnicos fazem isso com o objetivo de aumentar o teto do município. Quando tira a pactuação do município executante a população fica sem cobertura para o serviço. Sugeriu tirar São Domingos da pactuação, e aguardar o gestor na reunião para maiores esclarecimentos.

**Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS/GO**, disse que é temeroso fazer a pactuação na ausência do gestor

**Dra. Kelly Karinnie – Apoiadora da Região Nordeste II**, disse que o gestor não está presente e não está conseguindo falar com ele e está surpresa, porque essa pauta não foi discutida em CIR, não deveria estar no GT.

**Dr. Ricardo Nunes – GPI/SES**, disse que pactuação por referência não precisa passar na CIR.

**Dra. Andressa Vieira – SMS Goiânia**, disse que fez reunião com o Luiz Antônio que é o gestor e também teve algumas conversas telefônicas na reunião com Robson que é o técnico de São Domingos, para falar sobre essa repactuação, e eles foram bem categóricos, queriam retirar o serviço, e chegaram no consenso sobre o valor que cobriria o teto remanejado para o Estado, que é o valor que não pode sair, mas eles querem a retirada, e acha que poderiam. Talvez o que o gestor queira é pegar o recurso e buscar outro executor mais próximo da região.

**Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS/GO**, reforçou que não estão nesse espaço para privar o município de fazer a gestão dele, e deixou claro que existem questões técnicas que elas precisam ser observadas para que o município dele não deixe de ser atendido, não há nenhum tipo de prejuízo para o município de São Domingos. Disse que concorda, acha que até o final do GT o gestor entrando na reunião retoma a discussão, mas é preciso que tenha a manifestação dele nessa reunião. E reforçou que da parte do COSEMS não é privar o gestor de fazer a pauta e privar o gestor, a questão é da orientação técnica, mesmo para que não haja prejuízo para o usuário.

**Dr. Madson Montes – Regulação SMS Goiânia**, reforçou sobre a questão do gestor ter esse conhecimento do risco da desassistência dos municípios. Disse que foi levantado do ponto de vista técnico esse link, estão tratando essa pauta com alguma cautela, e acha que seria interessante o gestor se manifestar neste GT, sendo muito importante, e que fique muito claro, corre o risco de desassistência para os municípios, mas não tem como privar, e talvez esse caminho possa ser repensado ou deva ser dispensado, e se for a decisão do gestor vai ser acatado.

**Dra. Andreia Abbes – SMS de São João d' Aliança/ COSEMS/GO**, disse que é importante ter essa questão bem trabalhada aqui no GT e bem discutida, justamente por isso, disse que no Entorno Norte sempre conversa a respeito disso com o coordenador regional e os secretários da região. Reforçou que o mais importante é ter quem execute esses serviços e claro que a intenção não é de privar e nem de tomar a gestão do município que tem seu gestor, tem seu secretário, para tomar decisão, mas é lembrá-lo de que depois não pode forçar a porta, querendo que outro município atenda e jogar nas costas de outro município, sendo que ele tirou o recurso. Isso vale para Posse, Formosa, Goiânia, Aparecida, Anápolis ou qualquer outro município, que ele esteja com planos de execução desses atendimentos, sendo muito importante, e mais importante ainda seria que o gestor estivesse presente, é claro que o

## COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Robson está representando o gestor, mas é importante que o gestor esteja presente quando a pauta for dele.

**Dr. Robson – SMS São Domingos**, disse que fizeram uma revisão na pactuação no mês de setembro o primeiro arquivo mandou dia 23 de agosto, passou para o Estado e foi revisada e teve algumas coisas que não concordou, reenviou essa PPI por três vezes. Falou que a questão de São Domingos, o município tem um hospital, hoje o município recebe R\$ 13.000,00 (treze mil reais) no MAC, e foi pactuado parte do recurso que iria para São Domingos, porque São Domingos executa o serviço e foi encaminhado praticamente todos para Goiânia, foi pactuado a parte de obstetrícia. Disse que fizeram um levantamento com relação a obstetrícia em Goiânia, no ano passado, foi executado um procedimento de obstetrícia em Goiânia, e o município de São Domingos realiza esse procedimento. Já tentou fazer a revisão da pactuação, algumas vezes, e sempre parava em Goiânia e nem chegava na Câmara Técnica. Disse que a Andressa deu o retorno, conversaram e refez a PPI, mandou de volta e negociou com município de Goiânia. A pactuação ficou basicamente entre São Domingos e Goiânia não tem outro município que executa o serviço. Então, fizeram uma reunião com gestor de São Domingos e Andressa, de Goiânia, e foi feita essa negociação.

**Dra. Andreia Abbes – SMS de São João d' Aliança/ COSEMS/GO**, falou o que preocupa a todos, é a execução que estão levando para São Domingos. Se levou a parte obstétrica, se faz o serviço de obstetrícia é justo que o recurso seja levado de volta para o município, mas com relação aos outros procedimentos, perguntou, São Domingos têm capacidade instalada para realizar? Porque não pode é depois o recurso estar com o município e você querer que outro município atenda a sua população, porque como tem a liberdade para pactuar leva o serviço para onde tem capacidade instalada que possa acolher sua demanda. Em Posse para quem conhece a região sabe que é o mais próximo. Muita coisa não dá para levar para Campos Belos, porque o município não tem capacidade instalada de alguns procedimentos, mas ai leva para Posse, para Formosa, Anápolis, Goiânia, Aparecida de Goiânia que vão executar os serviços, mas tem que estar pactuado, caso contrário você não pode encaminhar e depois falar que não está sendo atendido, visto que tirou a pactuação e levou para seu próprio município. Falou que tem ortopedista, pediatria, ginecologia no município, sendo justo receber para executar estes serviços, mas não dispõe de outras especialidades e pactua com quem tem capacidade para atender.

**Dr. Robson – SMS São Domingos**, disse ter conhecimento que a PPI é dinâmica, mas que percebe problemas em relação a PPI do Estado, ela ficou estática, não é dinâmica e deveria ser, pois o município de Posse não os atende, considerando que tem sua população própria e também a gestão anterior pediu para retirar todas as pactuações. Falou que São Domingos dispõe basicamente da mesma capacidade de Posse, claro em menor proporção. Falou que Formosa não os atende e que atualmente são atendidos pelo Hospital Regional de Formosa e que São Domingos optou por pactuar com Goiânia e encaminhar alguns procedimentos para quem realmente atenda. Repetiu que a PPI não pode ser estática, visto que se município de São Domingos retirou de Posse a pactuação, mas se por ventura Posse venha a abrir novos serviços pode haver nova negociação entre os gestores, o que pode ser realizado a cada três meses. Disse que São Domingos fez uma pactuação em 2014, com Goiânia e encaminhou todos os procedimentos clínicos, obstétrico e cirúrgicos e que o município de São Domingos recebe um valor de R\$ 13.000,00 de MAC o que não dá para pagar nem uma semana de plantão médico.

## COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

**Dra. Andreia Abbes – SMS de São João d’ Aliança/ COSEMS/GO,** fez uma observação de que o MAC não é para pagamento de plantão e sim para pagamento daquilo que está pactuado.

**Dr. Ricardo Nunes GPI/SES/GO,** disse que pesquisou no CNES e viu que São Domingos dispõe de leitos SUS, obstétrico, pediátrico, clínico geral, cirurgia geral, ginecologia e USG, e que é uma questão que necessita ser avaliada.

**Dra. Maria Aparecida Rodrigues – COSEMS/GO,** esclareceu que a PPI não é estática pode ser revisada a cada três meses e podem fazer as alterações conforme está definido no POP e que em nenhum momento querem cercear o direito de revisão da PPI, que os secretários têm direito, o que tem que ser observado é que o município não pode usar estas justificativas para levar o recurso se ele não tem o serviço. Falou que o propósito é orientar para que o município faça suas pactuações de forma correta, pois não se pode programar para o município que não tem o serviço e sim programar para um lugar mais próximo, que realmente vai atender o paciente. Ressaltou que colonoscopia, endoscopia, eco-transtorácico, USG com doppler, são serviços que precisam de equipamentos específicos. Enfatizou que a preocupação é orientar os secretários para não deixarem seus pacientes sem acesso.

**Dr. Robson – SMS São Domingos,** disse que concorda plenamente com o que foi colocado, mas se todos os municípios seguissem a mesma linha, se pegar um relatório das pactuações, nem todos os municípios seguem esta linha.

**Dra. Maria Aparecida Rodrigues – COSEMS/GO,** defendeu os demais municípios e disse que todos são orientados a não agirem assim, e caso ele tenha conhecimento de algum município que tem este tipo de conduta, teria que falar para que a SES e o COSEMS possam orientá-los.

**Dr. Robson – SMS/ São Domingos,** falou que tinha pactuação com Campos Belos e este não executa e por isso São Domingos avaliou e definiu que em vez de mandar para um município que não executa é melhor este recurso ficar no próprio município.

**Dra. Andreia Abbes – SMS de São João d’ Aliança/ COSEMS/GO,** falou que a lógica não é essa.

**Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS/GO,** falou que a discussão está indo para um caminho que não vai levar a nada e que existe uma orientação e vamos reforçar e não cercearão o município de reorganizar suas programações, reorganizar com quem ele quer que execute o serviço, mas existe a orientação de que levar o recurso para o próprio município, sendo que ele não terá condição de ofertar, não é o adequado. Falou que por não ser o gestor que está fazendo a defesa da pauta, encaminharão para que o gestor participe, pois este espaço é de gestão dos gestores municipais de saúde com a gestão estadual. Falou que a orientação está posta, precisa ser uniforme e quando ele coloca que outros municípios não seguem estas orientações é preciso ter ciência de quais são estes municípios, pois se isso está acontecendo em outros municípios, os pacientes estão deixando de ser atendidos. Falou que se o município de São Domingos tem problema de negativas com

**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB**

Goiânia, os gestores devem sentar e esclarecer, Sugeriu aguardar o gestor de São Domingos entrar na reunião e caso ele não entre caminha com a pactuação e retorna com São Domingos em outro momento.

**Não vai para CIB**

2.2 – Pactuar a solicitação incremento do Teto MAC para o Município de Itauçu/GO no valor de R\$ 255.916,96 (duzentos e cinquenta e cinco mil novecentos e dezesseis reais e noventa e seis centavos) anuais, para custeio das ações em âmbito municipal e regional. (SMS – Itauçu)

**Dr. Carlos Eduardo Reis – SMS Itauçu**, ressaltou que em 2021 executaram em atendimentos ambulatorial e internação R\$ 452.712,52 (quatrocentos e cinquenta e dois mil setecentos e doze reais e cinquenta e dois centavos), receberam o repasse fundo a fundo no valor de R\$ 196.795,56 (cento e noventa e seis mil setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta e seis centavos) e tiveram que complementar com recurso próprio o valor de R\$ 255.916,96 (duzentos e cinquenta e cinco mil novecentos e dezesseis reais e noventa e seis centavos), valor este, que estão requerendo como incremento ao Teto MAC, não incluído recurso do SAMU e FAEC (Fundo de Ações Estratégicas e Compensação).

**Dra. Irene de Paula Barbosa – SMS Itauçu**, salientou que possui condição de custear apenas um médico no hospital, vivendo situações bastantes delicadas, como por exemplo, quando o paciente precisa ser encaminhado e o médico precisa acompanhá-lo, deixando o hospital sem médico. Informou que não possui condição de custear um segundo médico para o hospital, o que preocupa tendo em vista a reabertura do centro cirúrgico para realização de partos e médias cirurgias que é um sonho da população. Solicitou o apoio de todos no pleito pretendido pois qualquer ganho neste momento é muito significativo.

**Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS/GO**, elogiou a apresentação e disse que realmente o custeio dos HPPs (Hospitais de Pequeno Porte) é bastante oneroso para o município. Reforçou que assim que for publicada a Resolução, o município terá que protocolar o pedido no Ministério da Saúde e pressionar para conseguir o incremento. Pontuou que os GTs são os espaços de gestão e os gestores municipais podem e devem verbalizar suas dificuldades.

**Item vai para reunião da CIB**

2.3 – Pactuar alterações nos serviços e diagnósticos de Densitometria Óssea e Litotripsia, por abrangência do Município de Piracanjuba, pactuado 100% no município de Goiânia para os novos percentuais de 10% para Goiânia e 90% para Aparecida de Goiânia. (SMS – Piracanjuba)

**Item vai para reunião da CIB**

2.4 – Pactuar alterações na PPI Ambulatorial Média Complexidade por Abrangência do Município de Piracanjuba, com percentual de 50% para Goiânia e 50% para Aparecida de Goiânia. Conforme relação abaixo: (SMS – Piracanjuba)

Procedimentos	Município	Percentual
---------------	-----------	------------

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB		
	Ap. de Goiânia	50%
Aparelho respiratório	Ap. de Goiânia	50%
Aparelho respiratório	Goiânia	50%
Cirurgias de Cataratas	Ap. de Goiânia	50%
Cirurgias de Cataratas	Goiânia	50%
Corpo vítreo, retina, coróide e esclera < R\$ 200,00	Ap. de Goiânia	50%
Corpo vítreo, retina, coróide e esclera < R\$ 200,00	Goiânia	50%
Corpo vítreo, retina, coróide e esclera > R\$ 200,00	Ap. de Goiânia	50%
Corpo vítreo, retina, coróide e esclera > R\$ 200,00	Goiânia	50%
Correção cirurgia de estrabismo (acima de 2 músculos)	Ap. de Goiânia	50%
Correção cirurgia de estrabismo (acima de 2 músculos)	Goiânia	50%
Correção cirurgia de estrabismo (até 2 músculos)	Ap. de Goiânia	50%
Correção cirurgia de estrabismo (até 2 músculos)	Goiânia	50%
Ecocardiografia AC,	Ap. de Goiânia	50%
Ecocardiografia AC	Goiânia	50%
Eletroneurografia	Ap. de Goiânia	50%
Eletroneurografia	Goiânia	50%
Facoemulsificação c/ implante de lente intra-ocular dobrável	Ap. de Goiânia	50%
Facoemulsificação c/ implante de lente intra-ocular dobrável	Goiânia	50%
Facoemulsificação c/ implante de lente intra-ocular rígida,	Ap. de Goiânia	50%
Facoemulsificação c/ implante de lente intra-ocular rígida,	Goiânia	50%
Retossigmoidoscopia	Ap. de Goiânia	50%
Retossigmoidoscopia	Goiânia	50%
Vasectomia	Ap. de Goiânia	50%
Vasectomia	Goiânia	50%

**Dra. Andréia Abbes – SMS/São João da Aliança/COSEMS**, sugeriu trabalhar os itens 2.3 e 2.4 conjuntamente pois são referentes ao município de Piracanjuba.

**Dr. Fernando de Paula Dias – SMS Piracanjuba**, concordou e explicou que no primeiro item a pactuação passará a ser de 90% com Aparecida de Goiânia e que não deixarão de ofertar o serviço. Ressaltou que os serviços serão ofertados num município mais próximo de Piracanjuba, em Aparecida de Goiânia, que faz parte da mesma Região de Saúde. Afirmou que os dois municípios, assim como a SES, foram comunicados sobre a alteração nas pactuações.

**Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS/GO**, pontuou a fala do secretário Fernando, primeiro ele fez o dever de casa, conversou com o gestor que está tirando e com o gestor que está recebendo e disse que levar os procedimentos para o município da região é uma forma de fortalecer a Região de Saúde. Parabenizou o secretário pela atitude que é importante para exemplificar essas questões, que toda vez que se faz as alterações e remanejamento de PPI, tem que passar por essa discussão, essa pactuação e negociação com o gestor que vai receber o recurso. Isso é importante, não só para quem está deixando de receber o recurso, porque o município de Goiânia

## COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

tem os prestadores e precisa ser avisado com antecedência e de quem vai receber. Parabenizou pelo fortalecimento da Região de Saúde. Com o processo de implantação do Planejamento Regional e Integrado, quando se identifica uma pactuação dessas, só fortalece aquilo que agente vem trabalhando junto com a Secretaria de Estado, com apoio da CONASEMS, CONASS, HAOC, neste sentido de fortalecer e identificar dentre as regiões dentro da própria Macro, possíveis unidades ou municípios que ofertam serviços para ampliar o acesso mais próximo do usuário do SUS.

**Dr. Madson Montes – Regulação SMS/Goiânia**, complementou a fala anterior e reforçou que, realmente, a equipe de Piracanjuba esteve em Goiânia e consideraram o pleito importante para reforçar e fortalecer a regionalização. Foi um estudo técnico dentro de critérios técnicos, ele solicitou e prontamente foi atendido. Na verdade o secretário Fernando, a Vânia, a Simone estão sempre em contato com Goiânia e sempre preocupados com o atendimento dos seus municípios. Goiânia apoia e todos estão abertos para os demais municípios que estão pactuados com a capital, buscando fortalecer a Regionalização.

### Item vai para reunião da CIB

**2.5 – Pactuar a solicitação incremento do Teto MAC para o Município de Mineiros/GO** no valor de R\$ 3.208.566,05 (três milhões duzentos e oito mil quatrocentos e vinte nove reais e cinco centavos), anuais, para custeio das ações em âmbito municipal e regional. (SMS – Mineiros).

**Dra. Janine Carvalho – Técnica SMS Mineiros**, apresentou em slide solicitando incremento de teto MAC, para o município de Mineiros. Na relação teto e produção, Mineiros levou uma produção de pouco mais de 11 milhões e um teto MAC R\$7.842.429,97 que dá uma relação de 140,91% e por isso estamos solicitando esse complemento de R\$ 3.208.566,05. Mineiros tem a rede privada conveniada com o município como prestadores de serviço e então alguns valores têm a tabela SUS municipal e esse incremento que o município faz na tabela que é aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde é colocado no FPO.

**Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS/GO**, perguntou se o recurso é do Tesouro Municipal.

**Dra. Janine Carvalho – Técnica SMS Mineiros**, disse que sim.

**Dra. Andréia Abbes – SMS/São João da Aliança/COSEMS**, reforçou que esses momentos geram esses diálogos e são importantes para que outros gestores pensem na necessidade de as vezes de implantar serviços e trazerem para sua região, nem sempre a necessidade de um município é a mesma de outro município e também fazer na própria região. Tem um desgaste menor de veículos, servidores, e para os pacientes, é



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



COSEMS | GO



Comissão Intergestores Bipartite

## COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

mais confortável. Parabenizou aqueles que estão trazendo para sua região e trazendo também o atendimento que é o mais importante e não deixar o paciente desassistido.

### Item vai para reunião da CIB

### 3 – INFORMES

Sem informes

**Dr. Ricardo** – SES – Agradeceu e encerrou a reunião.